

Estratégia Digital Nacional

Relatório dos trabalhos do Grupo
Técnico de Trabalho e do ponto de
situação da execução da
Estratégia

julho 2025



digital.gov.pt

CDAP | CONSELHO PARA O DIGITAL
NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



AGÊNCIA PARA A
MODERNIZAÇÃO
ADMINISTRATIVA

SUMÁRIO EXECUTIVO

Durante o primeiro semestre de 2025, o Grupo Técnico de Trabalho (GTT), criado com a missão de apoiar a instalação e operacionalização das iniciativas da Estratégia Digital Nacional (EDN), promoveu uma articulação contínua entre entidades, desenvolveu mecanismos de monitorização e acompanhamento das iniciativas e elaborou um modelo de reporte uniformizado, destinado a apoiar os gestores de iniciativas e facilitar a análise do progresso da EDN.

Um dos contributos mais relevantes da EDN tem sido a sua capacidade de proporcionar uma visão mais transversal e integrada sobre a importância do digital nas diferentes áreas de negócio, reforçando a colaboração entre entidades e evidenciando o papel estruturante do digital na transformação da sociedade.

Apesar dos avanços registados, o processo de implementação tem sido condicionado por diversos fatores contextuais. As alterações na estrutura governativa implicaram a necessidade de ajustes temporários em algumas ações, enquanto o processo de reprogramação do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) exigiu uma adaptação dos calendários, afetando sobretudo as ações com maior dependência de financiamento ou que requerem uma estreita coordenação entre diferentes áreas governativas.

Perante este cenário, sublinha-se a importância de garantir a continuidade do GTT enquanto estrutura técnica de apoio e coordenação da EDN. Recomenda-se, igualmente, a adoção de metodologias partilhadas para o planeamento, acompanhamento e reporte das iniciativas, de forma a promover maior consistência, eficiência e eficácia na execução da Estratégia.

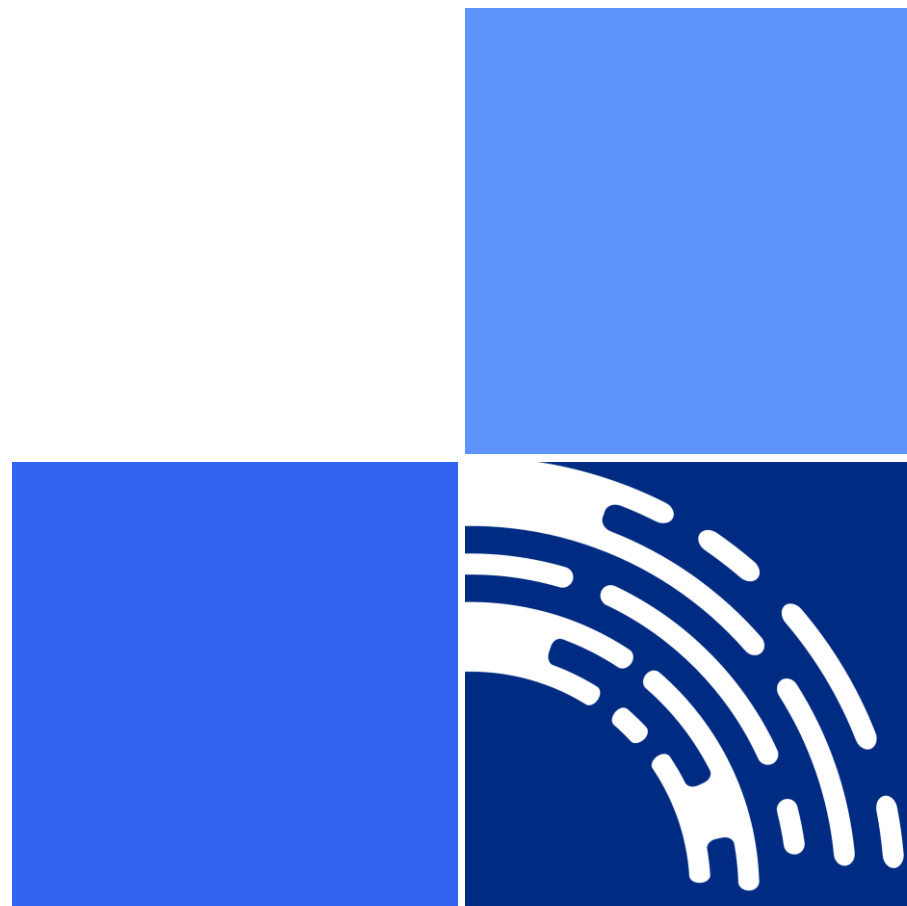
Estas medidas são fundamentais para assegurar uma implementação da EDN estruturada, colaborativa e orientada para resultados, contribuindo também para uma governação mais integrada da transição digital e para o cumprimento dos objetivos estratégicos nacionais.

ÍNDICE

01	Enquadramento
02	Ponto de situação da execução da Estratégia
03	Conclusões e Recomendações
	Anexos

01

ENQUADRAMENTO



01

ENQUADRAMENTO

Estratégia Digital Nacional

A **EDN pretende posicionar Portugal como líder europeu na transformação digital**, promovendo uma transição inclusiva, sustentável e ética.

Alinhada com o programa "Década Digital 2030" da União Europeia, prioriza a inclusão, a sustentabilidade e a inovação responsável, assegurando que o digital seja uma oportunidade para todos e não apenas uma ferramenta para alguns.



Visa simplificar a interação digital entre cidadãos, empresas e o Estado, garantindo a proteção dos direitos fundamentais e a acessibilidade universal às tecnologias digitais.

“Um Portugal próspero e inovador, que utiliza as tecnologias digitais para impulsionar a qualidade de vida da população e a competitividade da economia.”

01

ENQUADRAMENTO

Estratégia Digital Nacional – Princípios Orientadores



01

ENQUADRAMENTO Estratégia Digital Nacional – Dimensões

4 Dimensões

16 Iniciativas

49 Ações

 **PESSOAS**

4 iniciativas

14 ações

 **EMPRESAS**

3 iniciativas

9 ações

 **ESTADO**

4 iniciativas

13 ações

 **INFRAESTRUTURAS**

5 iniciativas

13 ações

01

ENQUADRAMENTO

Estratégia Digital Nacional – Iniciativas



PESSOAS

- #1. Competências no Digital
- #2. Programa Nacional das Raparigas nas STEM
- #3. Currículo das Competências Digitais
- #4. Participação Cívica através do Digital



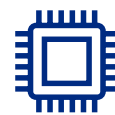
EMPRESAS

- #5. Jornada Digital para as PME
- #6. Polo Colaborativo para o Digital em Portugal
- #7. Interação simples e digital com as empresas



ESTADO

- #8. Jornada Digital para a Administração Pública
- #9. Serviços Públicos mais digitais e simples
- #10. Agenda Nacional de Inteligência Artificial
- #11. Agência Nacional para o Digital



INFRAESTRUTURAS

- #12. Cibersegurança e Infraestruturas Digitais
- #13. Dados ao serviço de todos
- #14. Coesão Territorial através do Digital
- #15. Digital Blueprint
- #16. Nação Digital e Inteligente

DURAÇÃO

6 meses (com possível prorrogação)

COORDENAÇÃO

AMA

CONSTITUIÇÃO

- ANI
- CIG
- ESPAP
- FCT
- GNS
- IAPMEI

A Resolução de Conselho de Ministros (RCM) n.º 207/2024 define a **criação de um GTT**, do Conselho para o Digital na Administração Pública (CDAP), **para assegurar a implementação da EDN**.

MISSÃO

- Instalar e iniciar a operacionalização das iniciativas da EDN, promovendo uma implementação rápida e eficiente da mesma.

OBJETIVOS

- Assegurar a implementação eficiente e eficaz das iniciativas e medidas através da monitorização e articulação eficaz entre entidades;
- Acompanhamento próximo de todos os aspetos relacionados com a EDN, através de uma abordagem que privilegia a comunicação e a colaboração;
- Identificar e avaliar riscos associados à implementação das ações previstas no Plano de Ação (PA);
- Reportar desvios na implementação das ações previstas no PA.

RESULTADOS ESPERADOS

- Implementação das ações inscritas no PA da EDN.

01

ENQUADRAMENTO

Grupo Técnico de Trabalho da Estratégia Digital Nacional – Atividades desenvolvidas



06

Reuniões realizadas



15

Participantes

Atividades desenvolvidas

- Apresentação do âmbito do grupo de trabalho e enquadramento dos pontos chave da EDN.
- Identificação de *stakeholders* de cada ação, ponto de contacto e matriz de risco.
- Acompanhamento da execução da EDN, análise de potenciais desvios na implementação das ações previstas no PA e identificação de potenciais riscos.
- Apresentação de progresso por entidades (FCT, CNCS, IAPMEI, ANI, CIG e AMA), com destaque para medidas em curso, desafios de financiamento e atrasos contratuais.
- Definição do modelo de reporte da plataforma e-evalia.
- Elaboração do relatório dos trabalhos do GTT e do ponto de situação da execução da EDN.



02

PONTO DE SITUAÇÃO DA EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA



02 PONTO DE SITUAÇÃO DA EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA

Modelo de Reporte

Para garantir consistência, clareza e comparabilidade entre projetos, o acompanhamento é feito com base num **modelo estruturado por etapas** alinhadas com as diretrizes do **Mosaico** no que diz respeito à gestão de projetos na Administração Pública (AP).



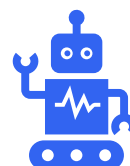
Alinhar

Definição da visão estratégica do projeto, equipa e condições iniciais, assegurando o envolvimento de todos.



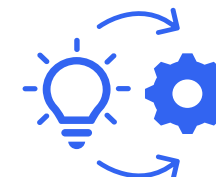
Investigar e Cocriar

Identificação das necessidades reais dos *stakeholders* e cocriação de ideias em conjunto.



Experimentar

Desenvolvimento e teste de protótipos, com recolha de *feedback* para melhoria da solução.



Implementar

Execução e consolidação da solução em ambiente real, garantindo a sua operacionalidade.



Lançar e Avaliar

Lançamento da versão final e avaliação contínua, com foco na melhoria do serviço/produto.

02 PONTO DE SITUAÇÃO DA EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA

Análise global

O PA 2025/2026 da EDN, que arrancou em janeiro de 2025, abrange 49 ações em áreas como a capacitação digital, inteligência artificial (IA), *cloud* soberana, cibersegurança, entre outros.

A taxa de execução física global situa-se atualmente em 30%, refletindo um avanço consistente face aos objetivos definidos.

49
Ações

31%
Execução material

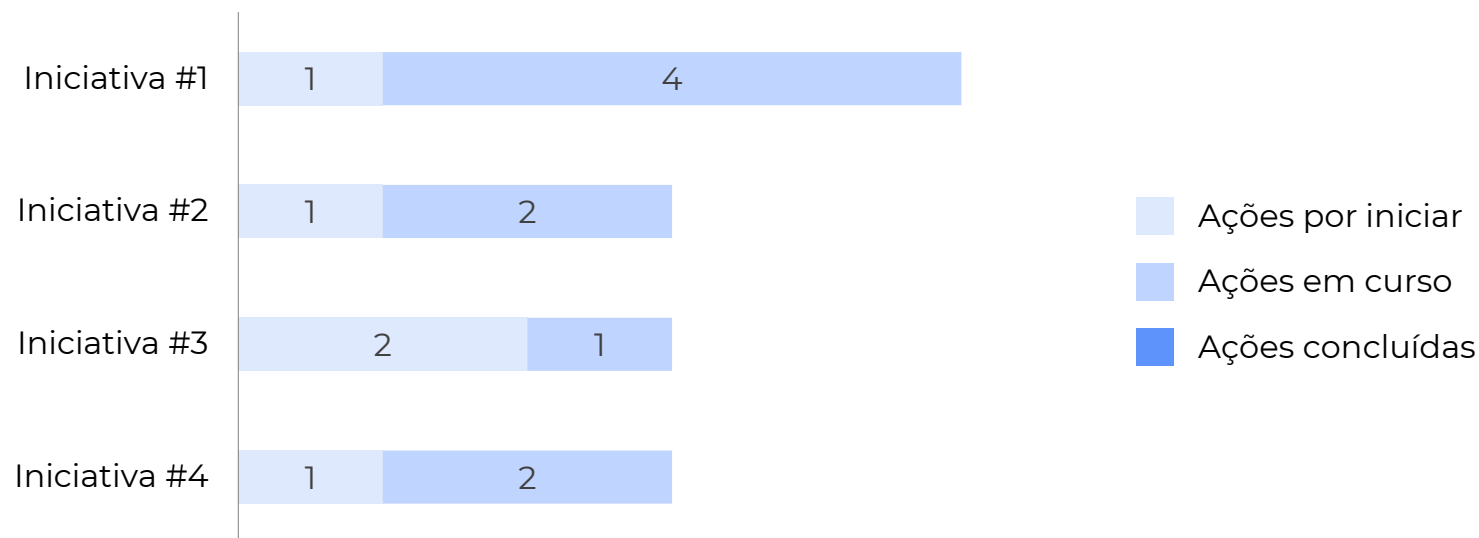
Dimensão	Por iniciar	Em curso	Concluídas	Execução Física
Pessoas #4 Iniciativas	5	9	0	18%
Empresas #3 Iniciativas	2	7	0	14%
Estado #4 Iniciativas	1	11	1	46%
Infraestruturas #5 Iniciativas	2	11	0	41%

02 PONTO DE SITUAÇÃO DA EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA

Dimensão 1 – Pessoas



A dimensão **Pessoas** foca-se na capacitação digital de todos os cidadãos, com o objetivo de elevar a percentagem da população com competências digitais básicas dos atuais 44 % para 80 % até 2030. Esta dimensão inclui também iniciativas específicas como o Programa Nacional das Raparigas nas STEM, o desenvolvimento de microcredenciais digitais através de currículos certificados, e a promoção da participação cívica digital para fomentar inclusão, igualdade de género e envolvimento ativo na sociedade digital.

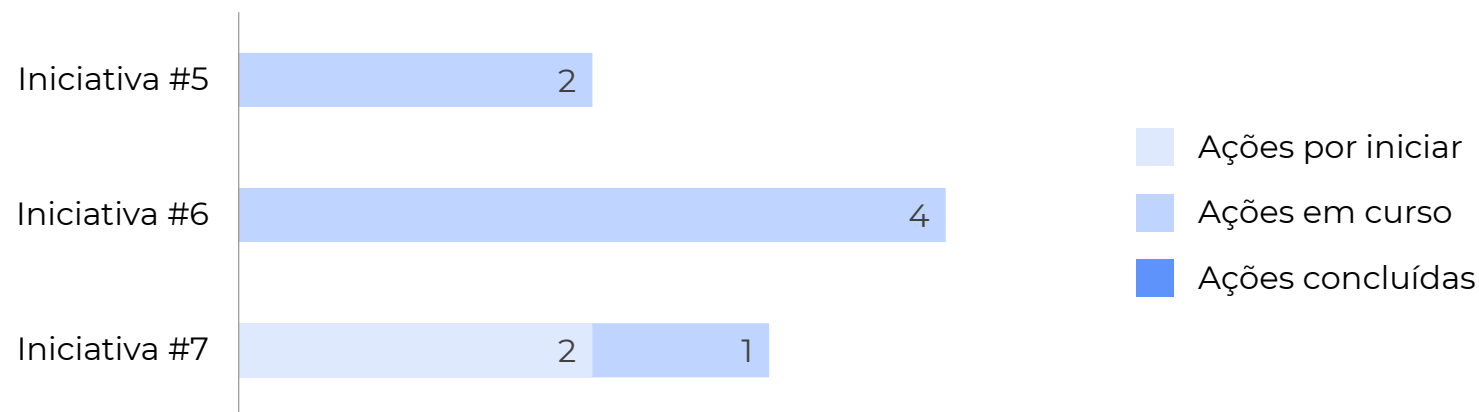


02 PONTO DE SITUAÇÃO DA EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA

Dimensão 2 – Empresas



A dimensão **Empresas** centra-se na digitalização do tecido empresarial, com especial atenção às pequenas e médias empresas (PME), promovendo a adoção de tecnologias como a IA, *cloud* e cibersegurança. Visa garantir que 90 % das empresas tenham, até 2030, pelo menos um nível básico de intensidade digital, através de programas de capacitação, acesso a financiamento e parcerias para inovação, reforçando a competitividade, sustentabilidade e internacionalização da economia nacional.

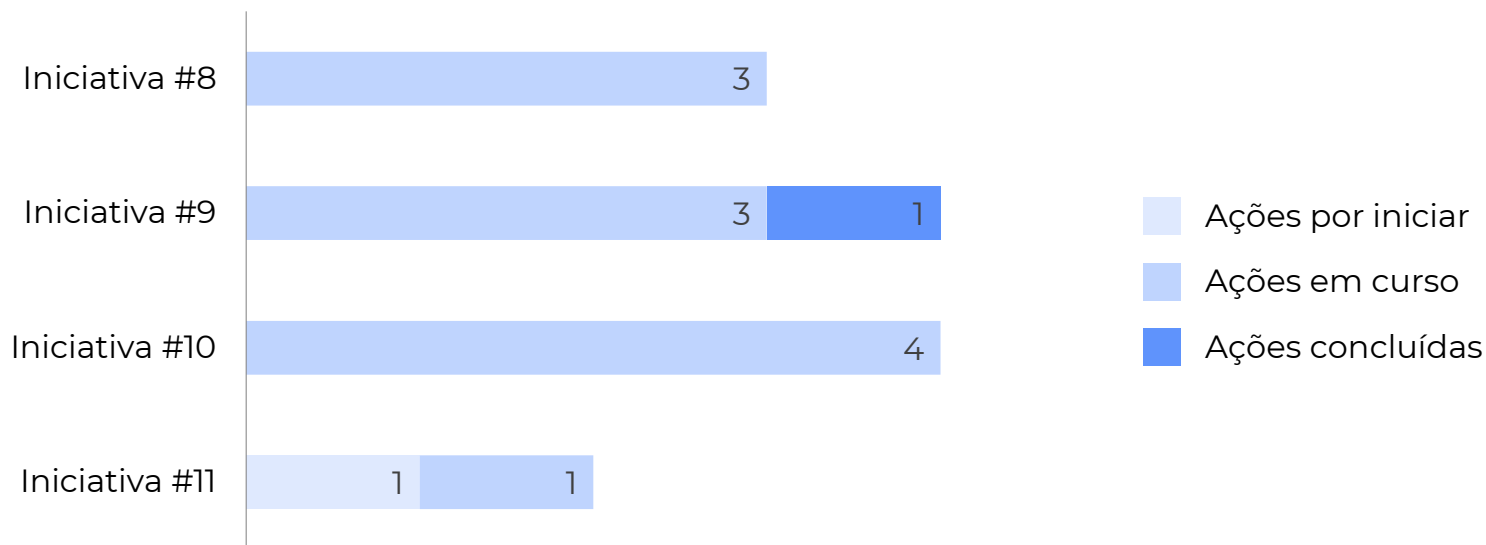


02 PONTO DE SITUAÇÃO DA EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA

Dimensão 3 – Estado



A dimensão **Estado** aposta na transformação digital da Administração Pública, assegurando serviços públicos mais acessíveis, simples e centrados no cidadão. Até 2030, pretende-se que 100% dos serviços prioritários estejam disponíveis digitalmente, através de plataformas como o gov.pt, assistentes virtuais e interoperabilidade entre sistemas. Esta dimensão inclui também a criação de uma *cloud* pública soberana e a utilização de dados para melhorar a resposta do Estado, garantindo transparência, eficiência e inclusão.

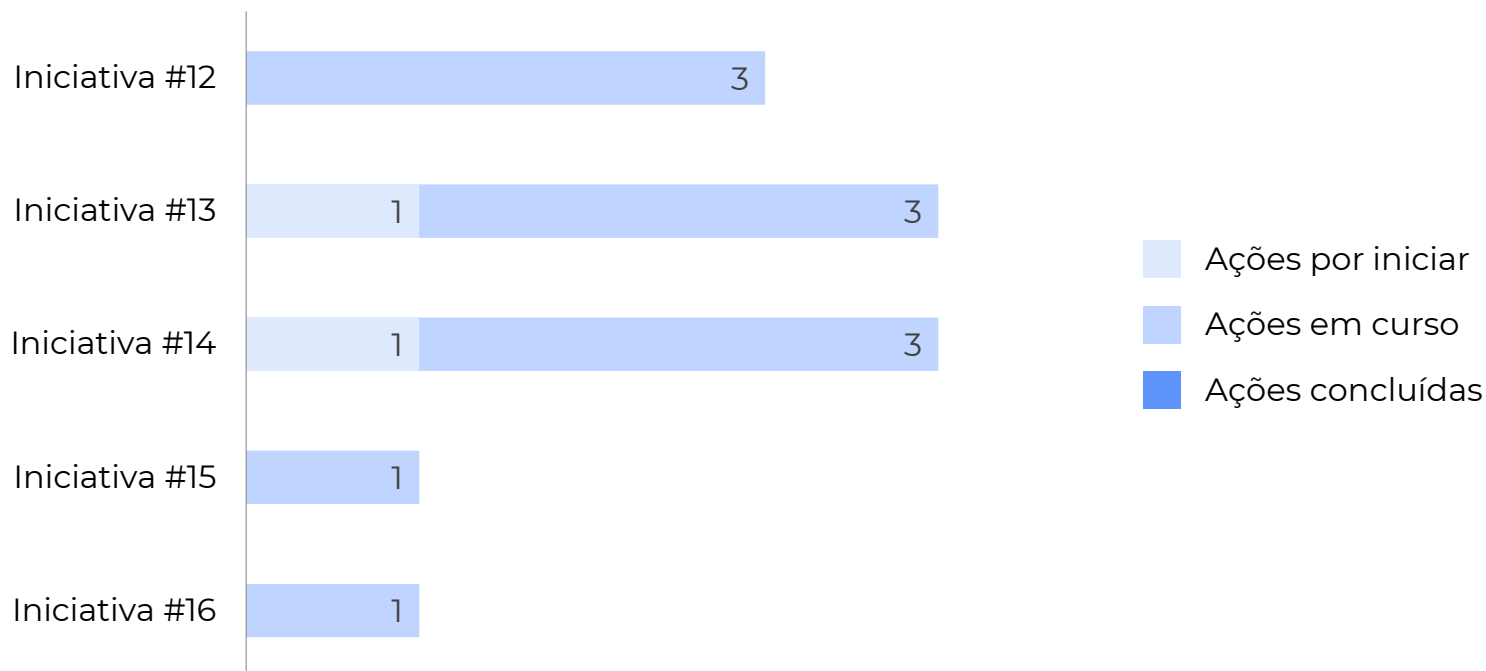


02 PONTO DE SITUAÇÃO DA EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA

Dimensão 4 – Infraestruturas



A dimensão Infraestruturas visa garantir uma base tecnológica robusta e segura para suportar a transição digital do país. Estabelece como metas, até 2030, a cobertura total da população com 5G e fibra ótica, bem como o reforço da cibersegurança e da soberania digital com a criação de uma *cloud* soberana. Esta dimensão é essencial para assegurar a conectividade de pessoas, empresas e serviços públicos, promovendo a coesão territorial e a inclusão digital.



03

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES



03 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A atividade desenvolvida pelo GTT tem permitido um **acompanhamento próximo e rigoroso da implementação da EDN**, promovendo uma articulação eficaz entre as diversas entidades envolvidas e contribuindo para a criação de condições favoráveis à concretização das iniciativas inscritas no respetivo Plano de Ação.

Um dos contributos mais significativos da EDN reside na sua capacidade de conferir uma **visão transversal e integrada sobre a importância do digital nas diferentes áreas de negócio**. Esta perspetiva ampliada tem favorecido uma maior colaboração entre as entidades responsáveis pelas ações da EDN, que anteriormente mantinham uma interação mais limitada neste domínio.

A EDN tem-se afirmado, assim, como uma **estratégia de natureza agregadora e holística**, proporcionando uma leitura alargada das dinâmicas sociais e económicas, e revelando com maior clareza o impacto estruturante do digital na sociedade. Neste contexto, a EDN constitui um **marco particularmente relevante, reforçando o papel do digital enquanto vetor transversal de transformação**.

03 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Não obstante os progressos alcançados, o processo de implementação tem sido condicionado por diversos fatores contextuais, entre os quais se destacam as alterações na orgânica do Governo, que implicaram a **necessidade de reavaliação de orientações estratégicas e operacionais**. Estas mudanças originaram ajustes de algumas ações, atualmente dependentes da emissão de novas diretrizes por parte das respetivas tutelas.

Adicionalmente, **eventuais reprogramações do PRR** poderão exigir uma adaptação dos calendários de algumas iniciativas, em especial daquelas com maior dependência de financiamento ou que requerem uma estreita coordenação entre diferentes áreas governativas.

Por outro lado, importa realçar a **utilização da plataforma de reporte da EDN**, criada com o objetivo de apoiar os gestores de iniciativas na monitorização e comunicação sistemática do progresso das ações. Esta ferramenta permite **uniformizar os reportes através de um modelo comum**, aumentar a qualidade da informação recolhida e facilitar uma análise transversal mais eficiente dos avanços registados no âmbito da Estratégia.

03 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Neste enquadramento, revela-se fundamental **assegurar a continuidade do GTT**, não apenas para garantir a coerência da implementação da EDN, mas também para salvaguardar a memória institucional acumulada e manter a capacidade de resposta face a novas orientações. É igualmente recomendável a manutenção dos trabalhos dos restantes grupos de trabalho do CDAP, que têm desempenhado um papel determinante na abordagem integrada de desafios transversais, promovendo soluções colaborativas e coerentes entre diferentes entidades.

Por fim, deve ser incentivada a **definição e adoção de metodologias comuns para o planeamento, acompanhamento e reporte das iniciativas**, respeitando as especificidades de cada área, mas contribuindo simultaneamente para a redução de assimetrias e para a aceleração da obtenção de resultados concretos.

Estas recomendações visam não apenas mitigar os riscos identificados, mas sobretudo **reforçar a eficácia, a eficiência e a consistência da implementação da EDN**, assegurando uma atuação estruturada, colaborativa e orientada para resultados tangíveis e sustentáveis.



digital.gov.pt

CDAP | CONSELHO PARA O DIGITAL
NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



REPÚBLICA
PORTUGUESA



Financiado pela
União Europeia
NextGenerationEU

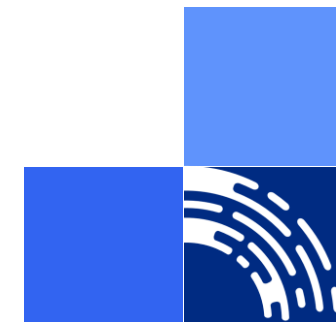


AGÊNCIA PARA A
MODERNIZAÇÃO
ADMINISTRATIVA

ANEXOS



01. RESUMO POR INICIATIVA





				Timeline							
	Ação	Responsável	Execução	1T 2025	2T 2025	3T 2025	4T 2025	1T 2026	2T 2026	3T 2026	4T 2026
1.1	Revisão de Currículo de Educação Tecnológica	DGE	10%								
1.2	Índice de Competências Digitais na Educação	AMA	10%								
1.3	Sensibilização para o Digital nos Espaços Cidadão	AMA	80%								
1.4	Campanha Nacional “Digital +Seguro”	AMA	0%								
1.5	Atividades extracurriculares para o Digital	IPDJ e AMA	50%								

Ponto de situação – 1º Semestre 2025	Próximos Passos	Riscos Identificados
• Ação 1.1 – Primeira fase de revisão dos documentos curriculares finalizada. • Ação 1.2 – Definida a visão estratégica do projeto, equipa e condições iniciais. Assegurado o envolvimento dos <i>stakeholders</i>. • Ação 1.3. – Iniciada a Capacitação nos Espaços Cidadão – realizadas 11 sessões presenciais. • Ação 1.4 – Não iniciada. • Ação 1.5 – Desenho de Projeto das atividades de campos de férias pelo IPDJ.	• Ação 1.1 – Pré-implementação das novas aprendizagens essenciais num conjunto de escolas. Consulta Pública dos documentos. Homologação (março de 2026). • Ação 1.2 – Identificação das necessidades reais dos <i>stakeholders</i> e cocriação de ideias. • Ação 1.3 – Realização de novas sessões e disseminação da capacitação por entidades parceiras. • Ação 1.4 – Desenho da ação. • Ação 1.5 – Formalização do financiamento.	



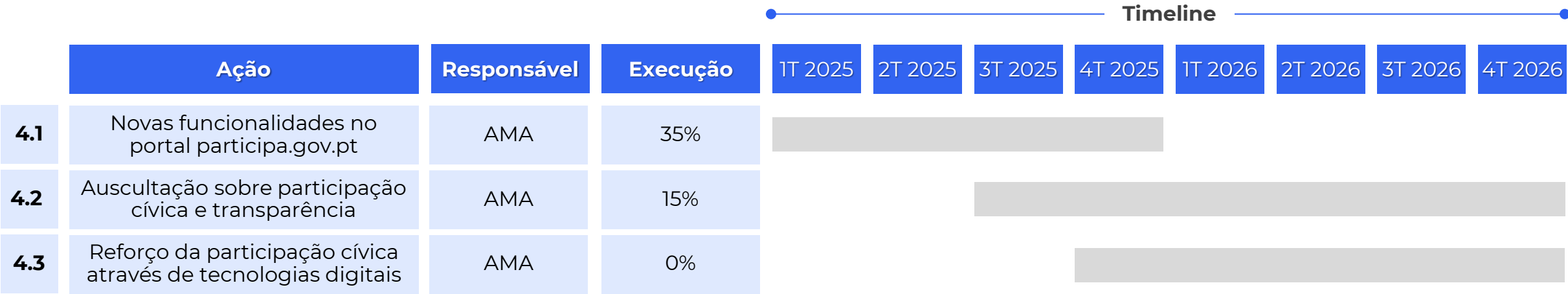
				Timeline							
Ação		Responsável	Execução	1T 2025	2T 2025	3T 2025	4T 2025	1T 2026	2T 2026	3T 2026	4T 2026
2.1	Criação da Rede de Embaixadoras do Programa	AMA e CIG	10%								
2.2	Criação do Emblema 'Raparigas nas STEM'	AMA e CIG	10%								
2.3	Operacionalização do Programa Raparigas nas STEM	AMA e CIG	0%								

Ponto de situação – 1º Semestre 2025	Próximos Passos	Riscos Identificados
- Ação 2.1 – Em análise o financiamento das medidas através do Programa Operacional Pessoas 2030. - Ação 2.2 – Proposta da AMA para a criação do emblema, em articulação com a CIG. - Ação 2.3 – Em elaboração atividades para apoiar projetos neste âmbito.	- Ações 2.1 e 2.3 – Programa em preparação, prevendo-se a sua publicação até ao final do ano. - Ação 2.2 – Validação da proposta e desenho da ação.	Ações 2.1, 2.2 e 2.3 – Atraso na data de conclusão do projeto, prevista para final de 2025.

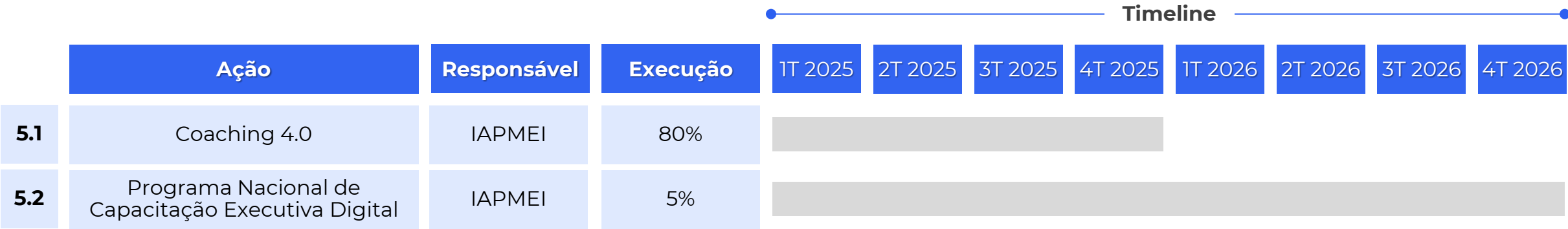


				Timeline							
	Ação	Responsável	Execução	1T 2025	2T 2025	3T 2025	4T 2025	1T 2026	2T 2026	3T 2026	4T 2026
3.1	Modelo de certificação de micro-credenciais	AMA	30%								
3.2	Catálogo de micro-credenciais em Competências Digitais	AMA	0%								
3.3	Currículo das Competências Digitais	AMA	0%								

Ponto de situação – 1º Semestre 2025	Próximos Passos	Riscos Identificados
- Ações 3.1 – Definição da visão estratégica do projeto, equipa e condições iniciais, assegurando o envolvimento de todos. Avaliação de necessidades, realização de <i>benchmark</i> nacional e alinhamento com a iniciativa europeia. - Ações 3.2 e 3.3 – Em fase de planificação.	- Ação 3.1 – Envolvimento dos <i>stakeholders</i> na cocriação do modelo. - Ações 3.2 e 3.3 – Concluir a definição dos planos de ação.	



Ponto de situação – 1º Semestre 2025	Próximos Passos	Riscos Identificados
- Ação 4.1 – Mobilização da equipa, realização de <i>benchmark</i>, levantamento de requisitos a curto prazo e elaboração da documentação com a visão, <i>roadmap</i> para 2025 e arquitetura da nova solução. - Ação 4.2 – Construção dos instrumentos de avaliação com parceiros da Rede Nacional de Administração Aberta. - Ação 4.3 – Conclusão do projeto TSI #Promoting Civic Participation with Emerging Technologies para definição da visão de evolução do Participa.gov.	- Ação 4.1 – Migração do atual Participa.gov para nova infraestrutura, especificação funcional de solução a longo prazo (novo portal) e desenho da experiência da nova solução (novo portal). - Ação 4.2 – Teste dos instrumentos de auscultação. - Ação 4.3 – Concluir o documento da visão e requisitos para evolução do Participa.gov.	Ação 4.1 – Atraso na data de conclusão do projeto, prevista para final de 2025, por existir dependência de <i>stakeholders</i> externos para a identificação das novas funcionalidades do Participa.gov. Estão em curso ações de mitigação, que incluem assegurar o envolvimento de todos os <i>stakeholders</i> e a realização de reuniões regulares.



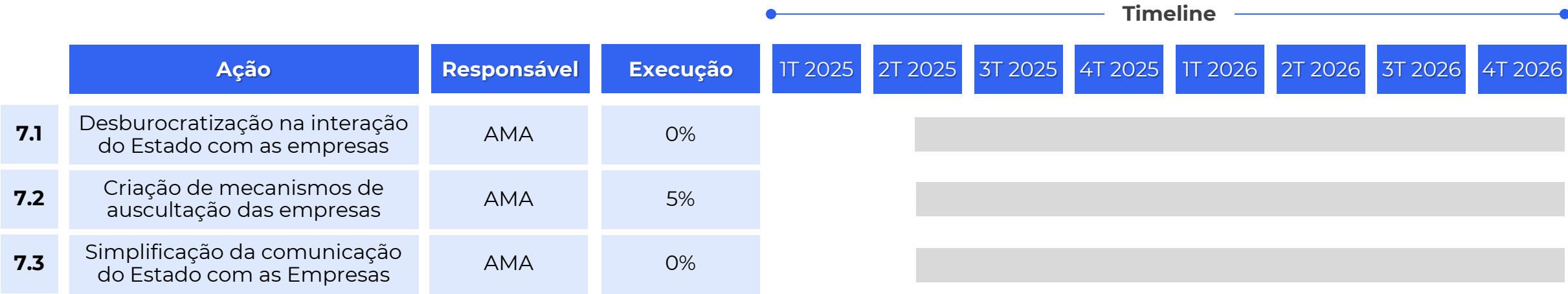
Ponto de situação – 1º Semestre 2025	Próximos Passos	Riscos Identificados
- Ação 5.1 – Lançamento do aviso (4000 candidaturas) e início da análise das candidaturas. - Ação 5.2 – <i>Roadmap</i>, recursos e modelo de governação definidos. Parte dos <i>stakeholders</i> identificados e envolvidos.	- Ação 5.1 – Conclusão da análise das candidaturas e ativação dos <i>vouchers</i>. - Ação 5.2 – A aguardar orientações quanto à continuidade desta ação.	- Ação 5.1 – Mecanismo de verificação da meta poderá ter complexidade elevada. - Ação 5.2 – Ação no âmbito do Programa Acelerar a Economia. A implementação desta medida é precedida da concretização de algumas atividades a serem incluídas num SIAC previsto no plano de avisos do COMPETE2030.



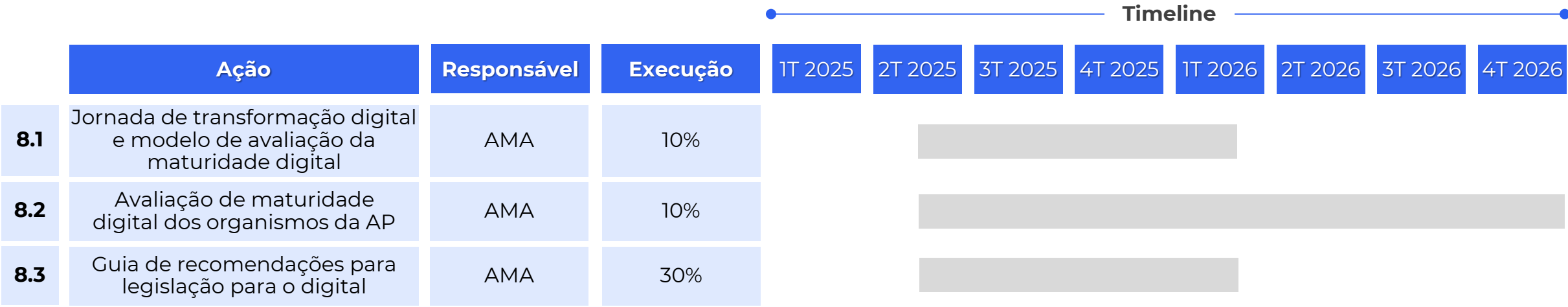
Timeline

	Ação	Responsável	Execução	1T 2025	2T 2025	3T 2025	4T 2025	1T 2026	2T 2026	3T 2026	4T 2026
6.1	Desenvolvimento e lançamento do Polo colaborativo	ANI	10%								
6.2	Identificação e priorização das necessidades específicas da AP	ANI	10%								
6.3	Programa “Compras Públicas de Inovação” (CPI)	ANI	10%								
6.4	Estratégias de financiamento às redes colaborativas	ANI	10%								

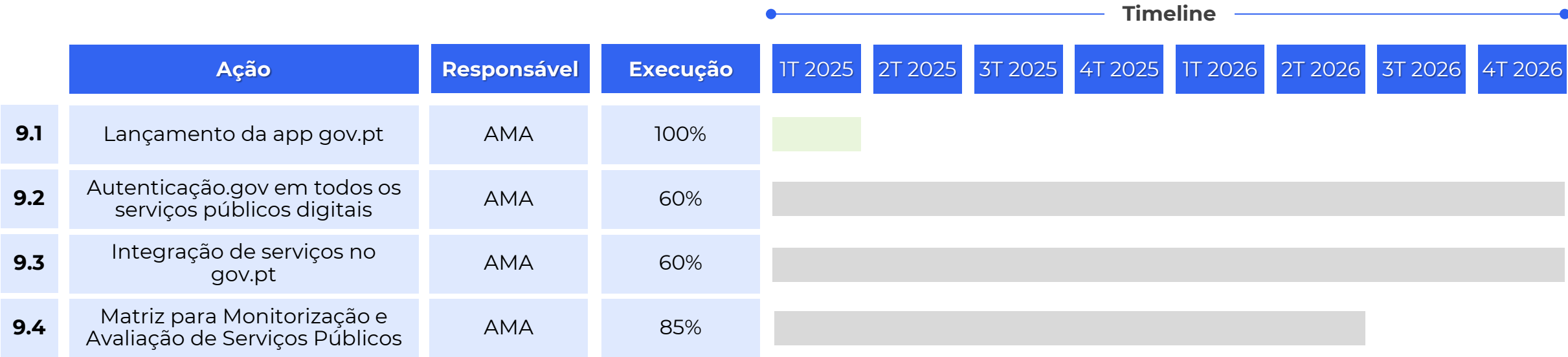
Ponto de situação – 1º Semestre 2025	Próximos Passos	Riscos Identificados
- Ação 6.1 – Trabalho preliminar de planeamento para o desenho funcional do Polo Colaborativo. - Ação 6.2 – Definidas áreas prioritárias de intervenção e iniciado o mapeamento de <i>stakeholders</i> relevantes. Preparação de calendário de <i>workshops</i> e contactos com entidades públicas. - Ação 6.3 – Realizado o planeamento preliminar do programa de incentivo. Identificadas as linhas orientadoras e tipologias de apoio a incluir. Contactos informais com entidades da AP interessadas em processos de CPI. - Ação 6.4 – A atividade foi alvo de reavaliação estratégica e existe proposta para descontinuar	- Ação 6.1 – Lançamento do processo de contratação de serviços de consultoria. Início da conceptualização da plataforma e modelo de funcionamento colaborativo. Identificação preliminar de entidades parceiras e fontes de informação para integração no Polo. - Ação 6.2 – Realização de visitas técnicas e reuniões com entidades da AP. Preparação dos primeiros <i>workshops</i> para identificação de desafios. Estruturação do Encontro Nacional de CPI. - Ação 6.3 – Contratação de consultoria para estruturação do programa. Definição do regulamento técnico e financeiro do mecanismo de incentivo.	- Ação 6.1 – Atraso na contratação da consultoria especializada e falta de adesão das entidades tecnológicas ao Polo. - Ação 6.2 – Baixo envolvimento de entidades públicas nos <i>workshops</i> e dificuldade em transformar necessidades em desafios adequados a CPI. - Ação 6.3 – Atrasos na aprovação dos modelos de apoio financeiro e dificuldade de maturidade dos projetos para TRL 7-9 no tempo previsto.



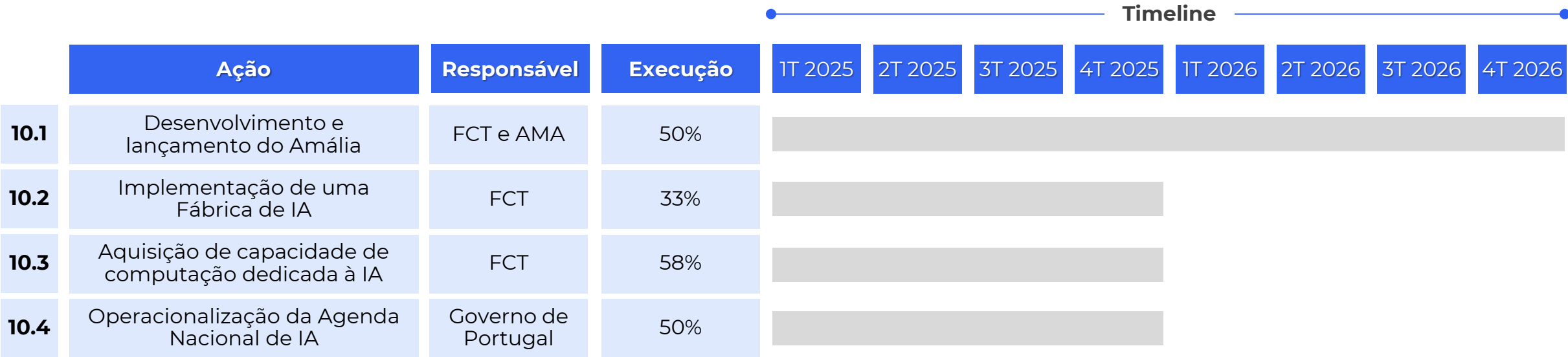
Ponto de situação – 1º Semestre 2025	Próximos Passos	Riscos Identificados
• Ações 7.1 e 7.3 – Não iniciada. • Ação 7.2 – Primeiras reuniões com <i>stakeholders</i> realizadas.	• Ações 7.1 e 7.3 – Desenho da ação. • Ação 7.2 – Planeamento de Auscultação no terreno. Articulação com plano de desenvolvimento SIMPLEX.	• Ação 7.2 – Associação aos processos SIMPLEX.



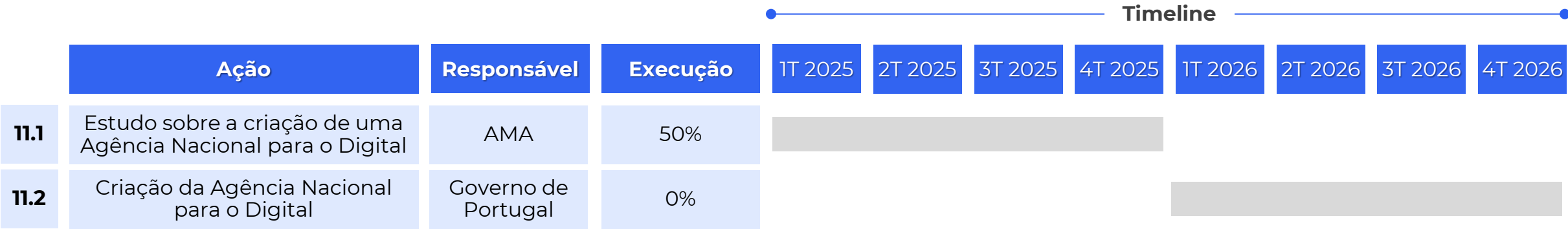
Ponto de situação – 1º Semestre 2025	Próximos Passos	Riscos Identificados
• Ações 8.1 e 8.2 – Definida a visão estratégica do projeto. • Ação 8.3 – Criação de equipa para planificação e dinamização da ação.	• Ação 8.1 e 8.2 – Envolvimento dos <i>stakeholders</i>, identificação das suas necessidades reais e cocriação de ideias. • Ação 8.3 – Envolvimento de <i>stakeholders</i>.	



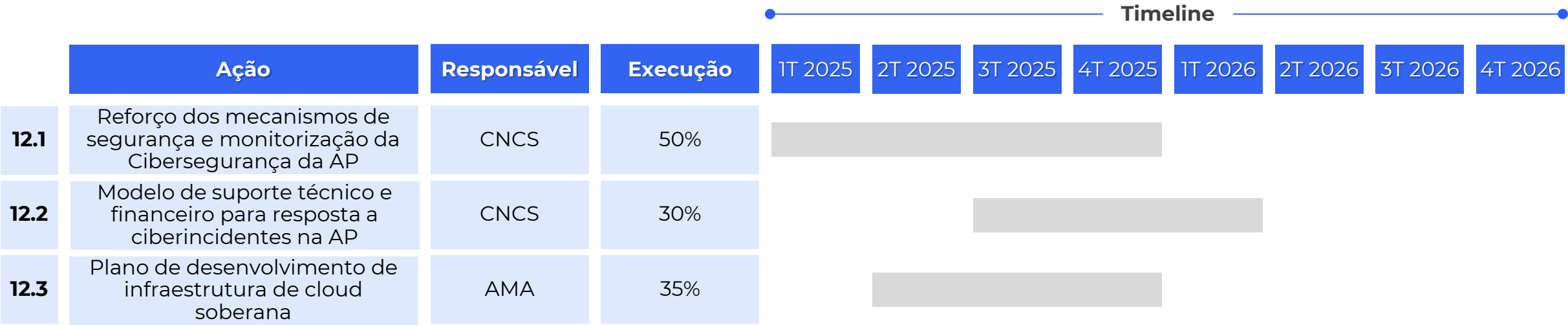
Ponto de situação – 1º Semestre 2025	Próximos Passos	Riscos Identificados
- Ação 9.1 – Disponibilização da aplicação gov.pt. - Ação 9.2 – Novas integrações de serviços com autenticação.gov. - Ação 9.3 – Disponibilizados novos serviços no gov.pt. - Ação 9.4 – <i>Kick-off</i> do piloto.	Ação 9.4 – Desenvolvimento do piloto.	- Ações 9.2 e 9.3 – Dificuldade em definir a meta para conclusão das ações. - Ação 9.4 – Inexistência de dados estruturados utilizáveis por parte das entidades públicas para avaliação dos seus serviços.



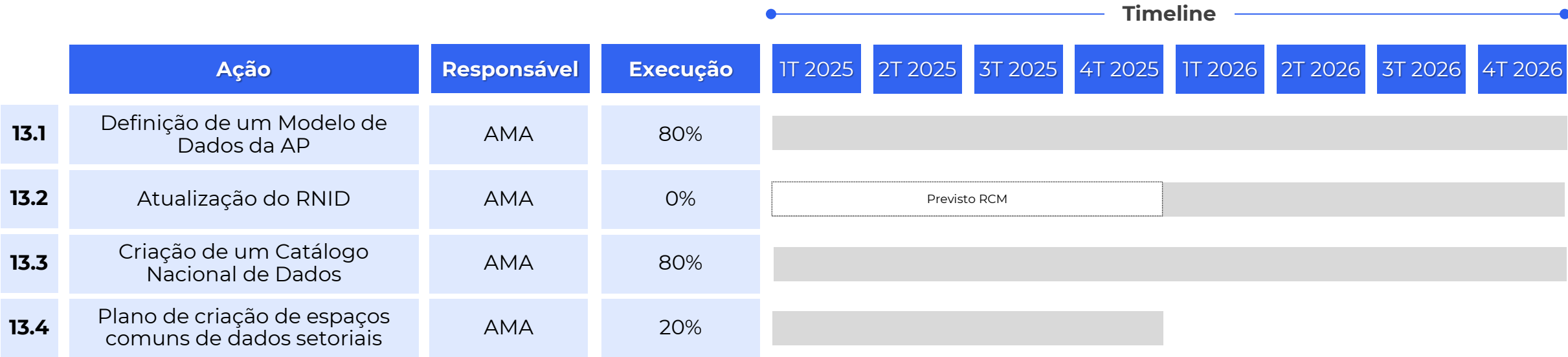
Ponto de situação – 1º Semestre 2025	Próximos Passos	Riscos Identificados
- Ação 10.1 – Apresentação pública do projeto e contratualização da parceria com as entidades. - Ação 10.2 – Concluída a contratualização e iniciou-se a execução, que decorre conforme planeado. - Ação 10.3 – Contrato de financiamento assinado com o EuroHPC e requisitos técnicos e fórmula de avaliação definidos. - Ação 10.4 – Interações com os <i>stakeholders</i> envolvidos. Abertura de Avisos-convite para escala de soluções de IA na AP.	- Ação 10.1 – Acompanhar o desenvolvimento e teste de novas versões melhoradas. - Ação 10.2 – Continuar a desenvolver com os parceiros internacionais, o plano definido na proposta. - Ação 10.3 – Acompanhar o processo aquisitivo que será desenvolvido pelo EuroHPC. - Ação 10.4 – Lançamento da Agenda Nacional de IA.	- Ação 10.1 – Indefinição sobre o modelo de sustentabilidade dos custos de operação, após entrada em produção. - Ação 10.2 – Dificuldades na contratação dos recursos qualificados necessários. - Ação 10.3 – Atrasos no processo de aquisição, instalação e aceitação que possam por em risco o financiamento PRR.



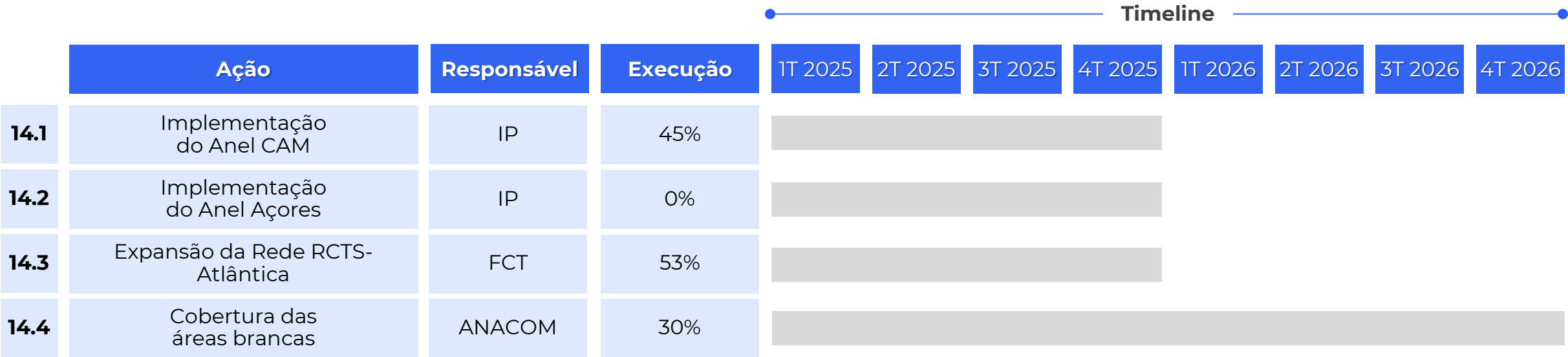
Ponto de situação – 1º Semestre 2025	Próximos Passos	Riscos Identificados
- Ação 11.1 – Definição do Caderno de Encargos e lançamento de concurso público internacional. - Ação 11.2 – Não iniciada, a ação está dependente da conclusão da ação 11.1.	Ação 11.2 – Conclusão do procedimento de contratação e início da realização do estudo.	Ação 11.1 – Atraso na conclusão do estudo face ao procedimento de contratação.



Ponto de situação – 1º Semestre 2025	Próximos Passos	Riscos Identificados
- Ação 12.1 – Disponibilização de novos mecanismos pelo CNCS. - Ação 12.3 – Em desenvolvimento – <i>kick-off</i> do projeto (primeiras versões). - Ação 12.3 – Início do estudo para o desenvolvimento de infraestrutura de Cloud Soberana.	Ação 12.3 – Conclusão do estudo, assegurando a partilha regular de <i>insights</i> durante a sua realização, para validação superior.	Ação 12.3 – Considerando o número elevado dos stakeholders envolvidos no projeto, a conciliação de agendas pode levar a atrasos na realização de ações de cocriação (e.g. <i>workshops</i>).



Ponto de situação – 1º Semestre 2025	Próximos Passos	Riscos Identificados
- Ação 13.1 – Modelo de dados definido, estando em curso a sua atualização. - Ação 13.2 – Não iniciada. - Ação 13.3 – Catálogo Nacional de Dados criado, estando em curso a sua atualização. - Ação 13.4 – Desenho da ação.	Ação 13.2 – Desenho da ação.	- Ação 13.2 – Alteração de calendário de execução previsto. - Ações 13.1 e 13.3 – Dificuldade na definição das metas/objetivos a atingir – as ações poderão não ser fechadas por haver sempre dados a adicionar.



Ponto de situação – 1º Semestre 2025	Próximos Passos	Riscos Identificados
- Ação 14.1 – Aprovada a Rota definitiva do cabo submarino. Definida a localização dos sensores. Aprovado o desenho de engenharia da componente de Telecomunicações. Início da fabricação do cabo submarino. - Ação 14.2 – Não iniciada. Aguardam-se instruções da Tutela relativamente ao projeto. - Ação 14.3 – Definidos os objetivos do projeto e entidades envolvidas. Esboço da solução delineado e requisitos técnicos desenvolvidos. - Ação 14.4. – Concurso Público lançado, peças concursais disponibilizadas na plataforma acinGov e prazo para apresentação de propostas terminado. Aprovados os relatórios de avaliação das propostas.	- Ação 14.1 – Continuação da fabricação do cabo. Início da fabricação dos diferentes componentes do sistema conforme Plano de Trabalhos, devendo a fase de manufatura dos componentes (Cabo submarino, Repetidores, Equalizadores, Amplificadores de Linha, Sistema de Terra e de Energia) estar finalizada em maio de 2026. - Ação 14.3 – Procurar fontes de financiamento alternativas para esta ação, com posterior lançamento do concurso público internacional.	- Ação 14.1 – Celebração dos Contratos de alojamento e caminhos terrestres dos cabo submarino nas Estações de Amarração, dependente de RCM com autorização dos respetivos Plurianuais, não considerados nas RCM n.º 104/2022 e n.º 18/2023. - Ação 14.3 – Dependência de uma fonte de financiamento.



				Timeline							
	Ação	Responsável	Execução	1T 2025	2T 2025	3T 2025	4T 2025	1T 2026	2T 2026	3T 2026	4T 2026
15.1	Criação do Digital Blueprint	AMA	50%								

Ponto de situação – 1º Semestre 2025	Próximos Passos	Riscos Identificados
Ação 15.1 – Desenho das necessidades associadas ao projeto, com integração de desenvolvimento de projeto em ações já em curso na AMA.	Ação 15.1 – Desenvolvimento do projeto (MVP em setembro).	



				Timeline							
	Ação	Responsável	Execução	1T 2025	2T 2025	3T 2025	4T 2025	1T 2026	2T 2026	3T 2026	4T 2026
16.1	Plataformas para melhorar a gestão urbana e a partilha de dados do território	AMA	69%								

Ponto de situação – 1º Semestre 2025	Próximos Passos	Riscos Identificados
• Aviso das Plataformas de Gestão Urbana (PGU) concluído e candidatos notificados. • Publicados resultados finais do Aviso dos Gémeos Digitais. • Observatório do Poder Local a ser desenvolvido pela ANMP (arranque do projeto com fornecedor). • Peças do procedimento finalizadas e abertura de procedimento prevista para início do segundo semestre de 2025. • Disponibilizado Portal dos Territórios Inteligentes. • No Módulo obrigatório alcançaram-se 737 formandos.	• Implementação das PGU por parte dos candidatos. • Contratação das equipas vencedoras para desenvolvimento dos Gémeos Digitais; • Acompanhamento do desenvolvimento do Observatório do Poder Local. • Lançamento do procedimento do SDTI.	• Dependência de outras entidades para implementação. • Dependência dos prazos de contratação pública por parte das entidades que têm de fazer a aquisição das PGU.



digital.gov.pt

CDAP | CONSELHO PARA O DIGITAL
NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



REPÚBLICA
PORTUGUESA



Financiado pela
União Europeia
NextGenerationEU



AGÊNCIA PARA A
MODERNIZAÇÃO
ADMINISTRATIVA